



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: GLOBALIZAÇÃO, POLÍTICA E CIDADANIA

Identidade e Ação Coletiva: caracterização do associativismo em jovens recém-licenciados na área de informática.

MORAIS, José

Doutor em sociologia

ISPGAYA

jmorais@ispgaya.pt

Resumo

Este artigo tem por base uma investigação integrada num doutoramento em sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, concluído em Junho de 2009. Analisamos as práticas associativas de recém-licenciados em informática em instituições de ensino superior localizadas na área metropolitana do Porto. Pretendeu-se situar as práticas associativas no contexto da temática das identidade e da negociação coletiva, obtendo um panorama do conjunto de interesses deste grupo específico da população no que respeita à negociação no e do espaço público. A vertente do associativismo e da identidade são dimensões de análise dos moldes que caracterizam o exercício da cidadania num grupo da população que reúne todas as habilidades vendáveis para uma integração no mercado de trabalho em termos internacionais e para uma participação e na lógica conexonista que caracteriza os fluxos que correm em termos planetários. Este grupo da população é entendido aqui como um indicador de práticas e representações de uma sociedade em transição para a sociedade em rede, proto-industrial e proto-informacional. Assumindo a negociação coletiva como uma das formas de destradicionalização individual, coletiva e institucional, avaliamos continuidades entre características estruturais nacionais e os desafios que se apresentam em termos de mudança social, num contexto de incerteza e de risco.

Abstract

This article is based on an research integrated in a doctorate in sociology at the Faculty of Arts, University of Porto, completed in June 2010. We analyze the associative practices of recent graduates in computer science in institutions of higher education located in the metropolitan area of Porto. It was intended to place the associative practices in the context of the theme of identity and collective bargaining, getting an overview of all the interests of this group of population in relation to trading in and public space. The slope of the associative and identity dimensions of analysis are the molds that characterize the exercise of citizenship in a population group that brings together all salable skills for integration into the labor market in international terms and effective participation and logic that characterizes the connectionist streams that flow in planetary terms. This population group is understood here as an indicator of practices and representations of a proto-industrial and proto-informational society in transition to network society. Assuming collective bargaining as a way of individual, collective and institutional detraditionalization, we analyze continuities between national structural characteristics and challenges that present themselves in terms of social change in a context of uncertainty and risk.

Palavras-chave: democracia; cidadania; associativismo; negociação coletiva.

Keywords: Democracy; citizenchip; association participation, collective negotiation.

IDENTIDADE E AÇÃO COLETIVA: CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO EM JOVENS RECÉM-LICENCIADOS NA ÁREA DE INFORMÁTICA.

Introdução

Pretendeu-se situar as práticas associativas no contexto da temática das identidade e da negociação coletiva, obtendo um panorama do conjunto de interesses deste grupo específico da população no que respeita à negociação no e do espaço público. A vertente do associativismo e da identidade são dimensões de análise dos moldes que caracterizam o exercício da cidadania num grupo da população que reúne todas as habilidades vendáveis para uma integração no mercado de trabalho em termos internacionais e para uma participação e na lógica conexionista que caracteriza os fluxos que correm em termos planetários.

Este grupo da população é entendido aqui como um indicador de práticas e representações de uma sociedade em transição para a sociedade em rede, proto-industrial e proto-informacional. Assumindo a negociação coletiva como uma das formas de destradicionalização individual, coletiva e institucional, avaliamos continuidades entre características estruturais nacionais e os desafios que se apresentam em termos de mudança social, num contexto de incerteza e de risco.

As tecnologias de informação e comunicação apresentam um conjunto de possibilidades, insuspeitadas à algum tempo atrás, em termos do alargamento da negociação coletiva, pelo que a avaliação do interesse pela arena política da negociação do espaço público pode ser aferido não só pela identificação dos cidadãos com temáticas e interesses individuais e coletivos, ou ainda com instituições nacionais e supranacionais, mas também por práticas associativas tradicionais ou de tipo novo, estas últimas vocacionadas mais para a mudança social e para as temáticas dos novos movimentos sociais do que para a preservação de traços culturais tradicionais.

Apresentam-se dados numéricos de modo a caracterizar as referidas práticas associativas, cruzadas com indicadores de caracterização social, evidenciando-se continuidades e transformações entre instâncias de estruturação de *habitus* primário e secundário.

1. INTEGRAÇÃO SOCIAL, IDENTIDADES, ASSOCIATIVISMO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

O associativismo pode revestir-se de um papel de estruturação identitária na «globalização hegemónica», gerindo em moldes controlados a desigualdade e a exclusão, no âmbito de negociação com o Estado capitalista (Santos, 2006). Se para um dado indivíduo ou para um ator coletivo podem existir identidades múltiplas, resultantes da tensão entre a autorrepresentação e a ação social, no que respeita ao conjunto dos atores sociais, poderemos entender a identidade “o processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras formas de significado”. Por significado designaremos a “identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por esse ator” (Castells, 2003a, p.3).

Como forma de conceptualizar a possibilidade de uma construção do real por parte dos atores da sociedade em rede de modo a afirmar particularismos identitários (culturais), Castells afirma que na maior parte dos casos é uma identidade primária, estruturante das demais e autossustentável ao longo do tempo e do espaço, que define o significado categorizador da realidade destes atores. As propriedades de afirmação cultural fora da lógica imposta por elites (e que pouco têm a ver com características dos atores sociais que participam dos fluxos, ou que por não coadunação com a sua lógica, deles ficando excluídos, segundo um processo seletivo em que os pontos formados no cruzamento de vetores das trocas se afirmam mais centrais ou dispensáveis) surgem da construção de uma *identidade de projeto*. Segundo Castells (2003, pp. 4-5) poderemos identificar três formas e origens da construção de identidades, a saber: a *identidade legitimadora*,

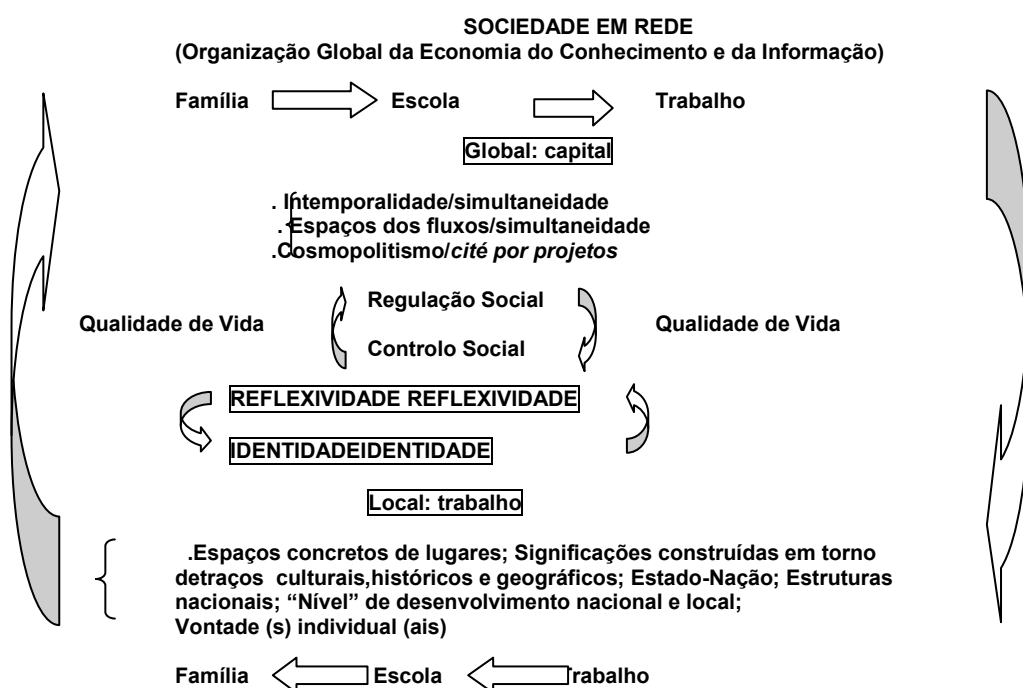
“introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais”; a *identidade de resistência*, criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos”; a *identidade de projeto* estrutura-se “quando os atores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e de provocar transformação de toda a estrutura social”.

Nesta linha, afirmaremos que é a identidade legitimadora que “dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados que, embora às vezes de forma conflituosa, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação cultural” (Castells, 2003, pp 4-5). Os proventos desta análise, se quisermos ponderar a *mudança social* num contexto de globalização hegemônica, surgem da afirmação de que poderemos encontrar um círculo virtuoso em que identidades de resistência dão origem a identidades de projeto, que podem, eventualmente, afirmar-se como identidades legitimadoras. Encontramos aqui a possibilidade de uma *opção* entre o local o *global* neste “mundo novo” (Castells, 2003, p. XXII).

2. ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Pressupomos que o fenómeno associativo estará relacionado com a possibilidade concreta de negociação (nos termos em que a refere Giddens) entre poderes em presença, existentes ou potenciais.

FIGURA 1: O LOCAL E O GLOBAL CONTEXTUALIZADOS NA SOCIEDADE EM REDE



Novas formas de associativismo vão surgindo na contemporaneidade, sendo que a as TIC podem até funcionar como uma ferramenta adjuvante do mesmo. Se poderemos considerar que a sociedade civil se situa na rede de relações resultantes do fenómeno associativo (Fernandes, 2008), enquanto eixo em torno do qual se situamos pólos «estado» e «mercado». A reconfiguração das sociedades pode abrir caminho a novas modalidades de relação \ articulação entre o «individual» e o «coletivo». Este autor combina a postura de *reflexividade* crescente que acompanha a modernidade com a crescente concretização de um ideal *autogestionário* que já não é apanágio da esquerda pela concretização do desafio cada vez mais premente de uma política descentralizada, de uma cidadania ativa, que seja capaz de “repensar as estruturas e os processos da democracia em ordem à sua democratização” (Fernandes, 2008, p. 25), possibilitando uma sociedade civil forte e autónoma. Lembramos que esta configuração de uma sociedade de associações seria o garante de

confiança desejada numa sociedade de risco, confiança para a atividade coletiva combinada com a inteira liberdade da sua vida privada.

Associativismo e democracia estão relacionados obrigatoriamente. Fernandes (1993) refere as associações como um dos «poderes difusos» que mantêm relações com os poderes central e autárquico, relacionamento que pode ter compleições diferenciadas, sendo uma delas a de dependência, mais do que negociação. Para este autor a constituição de uma “rede alargada de associações voluntárias é essencial para o alargamento do espaço público no interior da sociedade civil” (Fernandes, 1993, p. 10).

O alargamento do campo da cidadania está assim diretamente relacionado com a afirmação e intensificação da vida associativa e o pluralismo social e cultural nas comunidades. O associativismo pode ser um meio privilegiado de aquisição de direitos de cidadania por parte dos pobres, lembra Luís Capucha, permitindo a sua promoção social “melhorando-lhes as condições de vida e contribuindo para a sua integração social” (Capucha, 1990, p. 34).

O fenómeno associativo consegue reunir as temáticas do território e da identidade e autonomia, participação social e democracia, integração e cidadania. Na linha de Vilaça (1993) vamos assumir a identidade como possuindo um carácter relacional, sendo produzida socialmente. A participação associativa é uma das formas de consolidação de identidades unificadoras de cidadãos em torno da participação em projetos partilhados, legitimados na comunicação entre poderes, que agora já não se deve resumir à troca de informação (proporcionadora de discussão) pelos canais tradicionais da democracia representativa.

Em “O Poder da Identidade» Manuel Castells (2003) constata também, e numa postura objetiva acerca de uma caracterização do capitalismo informacional – o informacionalismo – o conflito que se vem a estruturar entre a globalização e a identidade. A sociedade em rede é uma sociedade em que as referências de espaço/tempo escapam ao controle do cidadão comum. A gramática de interpretação do real é apresentada por elites que controlam os fluxos na rede global. O espaço é o dos fluxos, e o tempo é atemporal (Castells, 2003, p. XXI). Alicerça-se uma “inexistente opção entre o local e o global», como diria João Teixeira Lopes (Lopes, 1994), num mundo de risco caracterizado pela: globalização das atividades económicas estrategicamente decisivas; organização em rede destas atividades; flexibilidade e instabilidade do emprego e individualização da mão-de-obra; cultura da virtualidade real construída a partir de um sistema de *média* omnipresente, interligado e altamente diversificado; transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo atemporal como expressões das atividades dominantes e das elites que as controlam (Castells, 2003, p. XXI).

3. ASSOCIATIVISMO TRADICIONAL E ASSOCIATIVISMO DE TIPO NOVO

Em termos de análise de práticas e representações importará destrinçar as práticas associativas da população (como a dos recém-licenciados anteriormente citados). Poderemos opor um associativismo de virado para a conservação de traços culturais/identitários (práticas e representações) de determinada população, com as valências de integração de recém-chegados a um determinado território, constituindo espaços privilegiados de manifestação de redes de influência e de poder (Viegas, 1986). São associações fechadas sobre si mesmas, por vezes denominadas de coletividades.

A este associativismo acrescentaríamos a existência de um associativismo de tipo novo, que inclui áreas como as do ambiente, do consumo, as ciências e tecnologias, as áreas profissionais e os tempos livres, ou sejam, as temáticas dos novos movimentos sociais. Viegas (1986, p. 15) seguindo uma tipologia proposta por Fraçoise Caroux (1978) propõe uma subdivisão trifacetada dos novos moldes do associativismo, distinguindo assim: 1) um associativismo orientado no sentido de uma maior gestão de serviços a prestar à população, no campo da formação, do ensino, da proteção social, do ordenamento urbano, em que as relações com o Estado são mais estreitas; 2) um associativismo de expressão; 3) um associativismo de carácter reivindicativo.

Se o jogo de estratégias gerido em termos mundiais vem retirar protagonismo aos Estados-Nação que se afirmam no pós-guerra que contam agora com a argumentos de poder onde o campo militar, tecnológico, económico e político se entrecruzam alicerçando polarizações e poderes bem como fragilidades,

concomitantes de objetivos de lucro que impelem estratégias de produtividade que procuram vantagens localizadas e logo a uma dinâmica que não respeita territórios nem as suas populações, diríamos que difusão de poder que idealmente acompanharia a pós-modernidade e uma democracia pós-moderna não se está a verificar. A despolitização da esfera social acompanha a não difusão do poder no tecido social e o isolamento dos agentes sociais, e se estes se mobilizam fazem-no de forma fragmentada, privilegiando – se os contactos individualizados e pessoalizados, sendo que o ideal da concretização do fenómeno associativo que dá corpo a um associativismo organizado em rede, fortalecendo-se desta forma para um diálogo com os poderes instituídos (de ação vertical) no sentido da realização plena da democracia no tempo atual, tarda ainda a chegar.

Será a pós-modernidade a época de todas as submissões? É paradoxal a situação atual de libertação de um conjunto de constrangimentos normativos/institucionalizados nos quais os indivíduos se encontravam imersos afigurando-se novas liberdades/possibilidades, sendo que “o enfraquecimento das instituições é acompanhado da expansão das liberdades. Criam-se sub-universos de significação que produzem novas ordens de normatividade. Esses sub-universos assumem, frequentemente, a forma de desvio da norma. A busca de coesão social necessita, desde então, da criação de novas instituições, com regras e garantias abertas a todas as áreas. Somente deste modo se estabelece uma ordem social previsível” (Fernandes, 2006, p. 29).

Será atribuível às elites de um país o papel de catalisador em mudanças estruturais a efetuar no sentido do desenvolvimento, já que poderão optar por caminhos mais ou menos liberalizadores da economia e fomentar políticas que implicam as mais variadas formas de intervenção de intervenção estatal? Diremos que a influência avassaladora do mercado se tem sobreposto a quaisquer opções a realizar por estas elites, que por exemplo em termos políticos terão algum espaço de manobra, agora cada vez mais condicionado por imperativos internacionais que se repercutem na gerência doméstica. Os Estados-Nação perdem força para um mercado forte ao ponto de encurtar enormemente o espaço de manobra para as políticas internas, alicerçando a “fragilidade e a incapacidade das elites nacionais para definirem projetos alternativos de ajuste e desenvolvimento” (Gonçalves, cit. in Caeiro, 2001, p. 195). É uma crise da inteligência, como diria Michel Crozier (1995), em que as elites sociais não planeiam ou operacionalizam mudanças, nem tão pouco contemplam a sua necessidade. As próprias elites são incapazes de se reformar/transformar. Lógicas antigas num mundo novo.

As novas possibilidades de participação e de negociação que são uma consequência das novas possibilidades de comunicação atribuíveis às novas tecnologias da informação e comunicação obrigam a uma reformulação do protagonismo destas «superelites» que até agora geriram económica e politicamente o Globo, mantendo a arquitetura básica do poder, sendo que industrialismo e democracia eram incompatíveis: mudam as pessoas mas mantêm-se o mesmo sistema de elites – elites, subelites e superelites– com uma função de hierarquização integradora (Toffler, 1984, p. 71).

As novas realidades obrigam pois um questionamento das regulações sociais e da sua possibilidade numa realidade planetária regida por instituições supranacionais e por lógicas também elas carentes de controlo e regulação *local*, agora facilitadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Acerca das posições sobre a modernização, sobre a globalização, sobre o individualismo, sobre a desterritorialização e reterritorialização económica e simbólica atrás referidas argumentam alguns analistas sociais que se debruçam sobre as consequências da aplicação e difusão das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação que o individualismo não é necessariamente negativo e pode ser uma componente do progresso, materializada no conceito de *progresso individual* (Beck, 2000), progresso reflexivo, sendo que a reflexividade é materializada na auto confrontação do passado e do presente com alternativas de futuro mais «viáveis» sendo que a nova ordem mundial repousa na capacidade e na possibilidade de os indivíduos adaptarem as suas ações aos seus interesses individuais, como a reivindicação transformada em negociação (capacidade de). É a afirmação tácita de um maquiavelismo em que os fins individuais justificam os meios, como a ação conjunta (aqui separada de uma conceção de ‘ação coletiva’ com a qual se conota o associativismo e os movimentos sociais). Nesta visão, as anteriores formas de organização social, os grupos e instituições de referência, como a família e o Estado já não garantem o bem-estar dos indivíduos, já que se transformam e reconfiguram face à modernização que se instala. Adquirem

novas formas, atributos e competências estas referências coletivas para o coletivo de interesses individuais, configurando-se as questões ligadas à manutenção de níveis de bem-estar e de redistribuição de riqueza antes como formas de pensar a melhor forma de distribuir males necessários ao progresso, modernização, crescimento e desenvolvimento.

4. POPULAÇÃO E AMOSTRA.

Como população em análise, delimitámos o conjunto dos recém-licenciados na área da informática em instituições do ensino superior presentes na área metropolitana no Porto. Por recém-licenciados entendemos licenciados há um ano (por relação à data de início da nossa pesquisa, no ano letivo de 2006-2007), ou seja, no ano letivo de 2005 – 2006.

TABELA 1:POPULAÇÃO E AMOSTRA ATINGIDA POR TIPOS DE ENSINO

Total Por Tipos de Ensino	População		Amostra Atingida	
	N	%	N	%
Ensino Superior Público – Universitário	205	30,10	87	50
Ensino Superior Público – Politécnico	262	38,47	24	13,8
Ensino Superior Particular e Cooperativo – Universitário	143	20,99	34	19,5
Ensino Superior Particular e Cooperativo – Politécnico	71	10,43	29	16,7
Total	681	100	174	100

O facto de a pesquisa ser um *processo social* justifica moldagens da amostra e da amostragem segundo a adesão das instituições de ensino superior ao estudo ou aos moldes em que o fizeram, transformando-a numa amostra que foi planeada como probabilística e que se concretizou como não probabilística, já que a totalidade dos inquiridos não teve a mesma probabilidade de ser incluída na amostra. Usámos uma ferramenta disponível *online*, mais precisamente a página *freeonlinesurveys.com*, que permitiu o reencaminhamento para os inquiridos do nosso questionário, criado com o grafismo disponível no *site*.

5. RESULTADOS EMPÍRICOS SOBRE PRÁTICAS ASSOCIATIVAS:

Se o tipo de ensino prosseguido apresenta condicionamentos de lugar de classe de origem (como verificámos na investigação de doutoramento), considerámos que poderiam verificar-se condicionamentos entre o tipo de ensino a que corresponde a licenciatura e as práticas associativas dos inquiridos (tabela 2).

Tabela 2:TIPO DE ENSINO E TOTAL DE PERTENÇA A ASSOCIAÇÕES

Tipo de Ensino			Total de Pertença a Associações								
			0	1	2	3	4	5	6	7	Total
			N	%	N	%	N	%	N	%	N
	Público Universitário	N	21	27	15	14	6	2	1	0	86
		%	24,4	31,4	17,4	16,3	7,0	2,3	1,2	0,0	100
	Público Politécnico	N	8	8	1	5	2	0	0	0	24
		%	33,3	33,3	4,2	20,8	8,3	0,0	0,0	0,0	100
	Particular Universitário	N	11	6	2	3	8	2	1	1	34
		%	32,4	17,6	5,9	8,8	23,5	5,9	2,9	2,9	100
	Particular Politécnico	N	5	10	7	1	5	0	1	0	29
		%	17,2	34,5	24,1	3,4	17,2	0,0	3,4	0,0	100
	Total	N	45	51	25	23	21	4	3	1	173
		%	26,0	29,5	14,5	13,3	12,1	2,3	1,7	0,6	100

Estes dados revelam que um número considerável de recém-licenciados inquiridos pertence a associações, muito mais do que reúne o número de não pertenças. Efetivamente, num total de 26% de inquiridos que não pertencem a qualquer associação, encontramos no ensino particular politécnico os números mais baixos de não-pertença associativa, 17,2%, sendo que nalguns casos é de cerca de metade dos valores encontrados para

outros tipos de ensino. No ensino público politécnico e no particular universitário encontramos os valores mais elevados de indivíduos que não pertencem a qualquer associação. De salientar que é neste último tipo de ensino referido que encontramos um indivíduo com pertença a sete associações.

Vejamos a participação, para além da pertença (que pode indiciar uma atitude de passividade no que respeita às potencialidades a vários níveis das associações voluntárias (tabela 3).

~

Tabela3: LCI E NÚMERO TOTAL DE ASSOCIAÇÕES EM QUE PARTICIPA

			Total Participa Associações						
			0	1	2	3	4	5	Total
Lugar de Classe Individual	BP	N	5	6	3	0	0	0	14
		%	35,7	42,9	21,4	0	0	0	100
	PBE	N	1	0	0	0	0	0	1
		%	100	0	0	0	0	0	100
	PBIC	N	98	33	13	9	1	1	155
		%	63,2	21,3	8,4	5,8	0,6	0,6	100
	PBTEI	N	3	0	0	0	0	0	3
		%	100	0	0	0	0	0	100
Total		N	107	39	16	9	1	1	173
		%	61,8	22,5	9,2	5,2	0,6	0,6	100

A participação em associações indica outro tipo de envolvimento dos inquiridos em práticas associativas, e, efetivamente, o envolvimento revela números menores quando comparados com a pertença a associações. A PBIC¹ revela agora um total de 63, 3% de inquiridos sem qualquer participação em associações. No total de inquiridos, 61,8% não apresenta qualquer envolvimento participativo em associações.

Se analisarmos agora a participação em associações com recurso à Internet, poderemos afirmar que o associativismo relacionado com as temáticas próprias dos novos movimentos sociais reúne o maior número de participações (tabela 4).

Tabela 4: PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES COM USO DE INTERNET

	Tipo de Associação	Pertence	Participa	Participa Internet
Associativismo Tradicional	Clube desportivo	30,6	18,5	12,6
	Cultural e recreativa	20,8	14,5	6,9
Associativismo de tipo novo	Vizinhos	2,3	0	0
	Sindicato	3,5	3,5	1,2
	Profissional	11,6	6,9	4,6
	Religiosa	11,6	5,8	5,8
	Partido político	9,8	2,9	2,9
	Terceira Idade	2,9	2,9	1,2
	Organização Não Governamental	8,1	4,6	4,0
	Jovens	10,4	4,6	4,6
	Defesa dos Direitos Humanos	3,5	2,0	2,0
	Pais e mães de alunos	2,3	1,7	1,7
	Protetora de animais	4,0	4,0	2,3
	Defesa do consumidor	6,4	2,9	2,9
	Ecologista	4,0	4,0	4,0
	Defesa dos direitos das mulheres	2,3	2,3	2,3
Outro	Outra	4,7	2,9	2,9

A realização de um rácio entre o número de participações com Net e o número de participações revela que alguns tipos de associativismo são mais propensos à participação em rede. As associações de terceira idade, as associações ecologistas, as associações de mulheres e as associações de denúncia e reivindicação de direitos humanos reúnem os maiores rácios na participação com uso de Net.

¹ As siglas referem -se a frações de classe que a seguir se identificam. **BP** é Burguesia Profissional; **PBIC** é Pequena Burguesia Intelectual e Científica; **PBTEI** é a Pequena Burguesia técnica e de Enquadramento Intermédio; **PBE** significa Pequena Burguesia de Execução. Os moldes da construção do lugar de classe individual (**LCI**) e do lugar de classe de origem (**LCO**) estão também presentes em Magalhães, 2005.

6. RAZÕES DA PRESENÇA E DA AUSÊNCIA DE PRÁTICAS ASSOCIATIVAS

Apresentámos aos nossos inquiridos uma série de razões das práticas, ou da ausência de práticas associativas, sendo que cada afirmação proposta é apreciada numa escala de Likert de 1 a 5, onde o 1 significa o total desacordo com a afirmação apresentada e o 5 a total concordância com a mesma. Vejamos as razões para a ausência de práticas associativas, apresentando dados totais, possibilitadoras de uma maior consistência na análise (tabela 5).

Tabela 5: RAZÕES PARA A AUSÊNCIA DE PRÁTICAS ASSOCIATIVAS

Razão para a ausência de práticas associativas	Média	Moda
Não vale a pena	2,56	3
Prefere fazer as coisas por si mesmo	2,89	3
Prefere organizar-se com amigos	3,61	4
As associações existentes não lhe agradam	2,75	3
Não tem tempo	3,72	4
As associações são caras	2,53	3
As associações ficam longe do local onde mora	2,62	3
Prefere locais que estejam na moda	1,84	1
Desconhece as atividades das associações	2,76	3
Falta-lhe Motivação	2,9	3

As respostas denotam um carácter «defensivo», sendo que o maior número de respostas recai no grau 3, ou seja, um «nem concordo nem discordo», que apenas é quebrado na afirmação de que «prefere locais que estejam na moda» e «prefere organizar-se com amigos». Neste último caso, as redes de relacionamento centram-se nos amigos, o que não é coincidente com uma de protagonismos a desempenhar por cidadãos associados com razões que ultrapassam as das amizades. Os valores mais marcantes são encontrados no indicador «não tem tempo» seguido de «prefere organizar-se com amigos», precisamente os valores com mediana mais alta.

No perfil das respostas às razões da prática associativa, verificamos algumas diferenças por relação às razões da ausência de práticas associativas (tabela 6).

Tabela 6: RAZÕES DA PRÁTICA ASSOCIATIVA

Razões da prática associativa	Média	Moda
Interessa-se pelas práticas e tem interesse em participar	3,41	4
Gosta de atividades desportivas/competição	3,65	4
Gosta do convívio, bem-estar e amizade	4,02	4
Dada a importância tradicional da associação	2,62	3
Por influência de pais e amigos	2,31	2
Pela proximidade da residência	2,42	3
Pela possibilidade de utilização de equipamentos	2,55	3
Pelo equilíbrio físico, psicológico e moral	3,26	3
Pela formação sociocultural	3,18	3
Pelo livre acesso	2,73	3

Encontramos respostas mais «determinadas» relativamente a alguns indicadores, mas que fazem sobressair o carácter de utilidade pessoal que os inquiridos atribuem à prática associativa, dados que, aliás, são consistentes com os obtidos por Fernandes (2001).

7. UMA TIPOLOGIA DE LICENCIADOS EM INFORMÁTICA

Apoiando-nos no constructo teórico, nos indicadores usados para a pesquisa empírica, e nos dados obtidos, poderemos adiantar uma tipologia de recém-licenciados em informática com base nas suas práticas e representações, relativamente a temas muito interligados como os da identidade, práticas associativas e usos de TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação). Vamos agrupá-los nos seguintes ideais-tipo: O espectador-conformista; o resistente-revolucionário; o participante-transformador.

O **espectador-conformista** corresponde a um licenciado em informática que visualiza a sociedade em rede e os usos das TIC como um facto natural, próprio do atual tempo histórico. É indiferente ao facto de a lógica conexcionista ser monopolizada por determinados grupos sociais ou ser centralizada em determinadas localizações geográficas em detrimento de outras localizações geográficas ou de classe. Visualiza potencialidades de transformação social por meio dos usos de TIC, porém evolucionárias e nunca revolucionárias, acreditando que a alteração da ordem «natural» do social será improvável, conhecendo alguns dos entraves estruturais ao desenvolvimento nacional. Pode ter origem em qualquer grupo social, afigurando-se-lhe a formação superior como uma ferramenta de inserção no mercado de trabalho e de sobrevivência pessoal ou individual. Está a par dos problemas sociais como os que remetem para as desigualdades de classe, género ou de base étnica, contudo o tipo de mudanças dos quais se julga protagonista remetem muito mais para a sua esfera pessoal (nos domínios social e económico), do que para a esfera da gestão do espaço público. Pode fazer parte de redes internacionais de conexões sociais mas muito vocacionadas para a esfera do trabalho ou dos projetos que possam resultar em possibilidades de emprego, colocando também o seu currículo pessoal em bases de dados internacionais.

No que respeita ao domínio político, e da gestão do espaço público, participa de forma ativa-passiva na ausência desse espaço, pelo que não se associa, associa-se em associações de tipo tradicional ou participa até em associações de tipo tradicional, desde que os objetivos associativos não passem pelas temáticas dos novos movimentos sociais. Ao facto de não se associar alia a crença da inutilidade da negociação coletiva, embora possa participar em escrutínios políticos. Os usos de internet são vocacionados para a instrumentalidade relacionada com afazeres quotidianos, como os que o seu emprego implica, privilegiando-se nos conteúdos trocados na NET as temáticas individuais-subjetivas. Em termos identitários tende a ter referências «próximas» e tradicionais, sendo ténue a crença em organizações políticas supranacionais, como a União Europeia.

Trata-se de um modernizador, cuja reflexividade está vocacionada para uma destradicionalização individual e coletiva que está vocacionada para as aplicações práticas e inevitáveis trazidas pela afirmação crescente das TIC, nunca visualizando as mudanças de longo prazo participáveis por si, no sentido de entrar numa nova ordem económica e social para além da modernidade tardia.

O **resistente-revolucionário** é um licenciado em informática que, acima de tudo, tem por referencial das suas práticas e representações, a especificidade das suas características sociais e culturais, no sentido de marcar distanciamentos relativamente a outros agentes com referenciais diferentes. Poderemos enunciar como seus referenciais o lugar de classe de origem, profissão, religião, etnia, género e idade, ou até referenciais territoriais como a cidade, zona geográfica, ou país de origem ou atual. Assume as desvantagens de origem para o seu percurso académico e profissional e age de modo a evidenciar as suas características concretas e objetivas, assumindo o seu protagonismo na lógica conexcionista, a lógica dos fluxos (Cardoso et al, 2005) como sendo pautado por valores particulares mais do que universais. Está aberto e pode participar ativamente em movimentos orientados para alterações sociais profundas, desde que visualize a valorização das suas características sociais e culturais, mesmo que isso implique uma alteração radical na ordem económica e política a nível nacional e internacional. Neste caso, poderemos visualizar a mobilização coletiva assente em bases como os que remetem para a temática da etnicidade. No entanto, mais do que a igualdade, a liberdade e a fraternidade, os valores deste licenciado prendem- com a «valorização» mais do que com a «equidade».

O **participante-transformador** corresponde a um tipo de licenciado na área de informática com práticas e representações relacionadas, ou não, com usos de TIC que entende a sua formação superior como uma forma de salvaguarda do seu posicionamento no mercado de trabalho, mas contudo pauta-se por representações relativas ao exercício da cidadania que o fazem procurar formas de participação ativa na gestão do espaço público. Aos usos instrumentais de TIC para fins profissionais, alia a participação ativa em redes sociais vocacionadas para as temáticas dos novos movimentos sociais. Enquadra-se num tipo de cidadão que visualiza a negociação coletiva como exequível, ou pelo menos participável, muito para além da participação em escrutínios políticos pontuais. Está consciente das desigualdades sociais e julga que a confiança e o afastamento do risco são possíveis de serem negociados pela associação de cidadãos. Está interessado no seu

bem-estar pessoal, mas visualiza como sendo suas as preocupações relativas ao desenvolvimento nacional, pelo que considera como importante a participação em projetos de âmbito nacional ou supranacional, dando maior relevância à gestão do espaço europeu, sendo de ter em atenção o planeamento político europeu, rejeitando uma visão puramente burocrática da integração europeia. As suas referências identitárias integram tanto a família como a Europa ou a humanidade.

As temáticas e conteúdos que troca na Internet são de cariz pessoal e subjetivo, mas troca conteúdos que dizem respeito ao coletivo. Pertence a participa em associações de tipo novo, embora possa integrar associações tradicionais, entendendo-as como um garante das características culturais (ou outras) das comunidades locais. Valoriza portanto as potencialidades transformadoras da presença de TIC, mas tem como princípio orientador do seu pensamento a inter e a multiculturalidade. A Internet é visualizada como uma mais-valia na negociação coletiva, sendo o seu uso corrente no associativismo de tipo novo que integra-participa. A sua origem social não é relevante.

8. Ideais-tipo e realidade fatural

Relativamente a qualquer idealização das características dos agentes ou atores na sociedade em rede, da organização global da economia do conhecimento e da informação, a realidade das práticas e das representações e de outras tantas gramáticas de interpretação da realidade planetária, terá que ser procurada numa dialética onde a sociedade em rede e o capital (global), a intemporalidade e a simultaneidade do espaço dos fluxos e a possibilidade de estruturar e integrar projetos em qualquer ponto do planeta, é confrontado com a mão-de-obra (local), os espaços concretos de lugares, as significações construídas em torno de traços culturais, históricos e geográficos particulares, aos quais se acrescentam as configurações e protagonismos dos Estados-nação, as estruturas nacionais, os níveis de desenvolvimento locais e nacionais e as vontades individuais.

As identidades e a reflexividade (construtora de identidades num processo reflexivo permanente, seja de resistência, seja legitimação ou de projeto) estruturam-se neste movimento dialético, sendo as regulações sociais e o controlo social realidades, hoje em dia e cada vez mais efetivadas nesta tensão entre o global e o local.

As particularidades estruturais do nosso território, ao que se alia a distribuição geográfica da população, a par da estrutura geral das habilitações literárias e técnicas e o modo como tradicionalmente a divisão internacional do trabalho nos tem dirigido um mercado de trabalho assente em baixas remunerações e qualificações, prefiguram uma miríade de usos de TIC e de possibilidades de desenvolvimento pessoal, regional. Efetivamente, situar cada licenciado em informática num modelo, ou ideal tipo, pode por um lado permitir uma melhor conceptualização e facilitar a análises sistémicas do social, mas por outro lado pode escamotear particularidades únicas de cada sujeito. A própria área metropolitana do Porto caracteriza-se por um conjunto de assimetrias, a todos os níveis, que podem coexistir (têm coexistido) de forma permanente.

Se acrescentar-mos à análise as estruturações, continuidades e reconstruções que se devem ponderar entre instâncias de estruturação de habitus primário (família) e instâncias de estruturação de habitus secundário (escola e trabalho), o entendimento da participação na lógica dos fluxos por parte de cada agente (a lógica connexionista), o propósito de racionalização da ação humana exige um esforço multiplicado.

CONCLUSÕES

Os dados obtidos nesse estudo revelam uma politização maior nos estratos sociais mais elevados e mais instruídos. Fazendo aqui uma distinção entre práticas associativas dividindo-as em “pertença ativa” e “pertença passiva”, verificámos que 74% dos nossos inquiridos pertencem a associações, 38,2% participam em associações e 28,3% participam em associações com uso de Internet. A conclusão maior que se pode apresentar é a que as práticas associativas dos inquiridos são escassas por relação a alguns indicadores. Mais

ainda, podemos adiantar que a prática associativa não sofre grandes variações com as nossas variáveis independentes.

Participantes em associações com uso de Internet são também escassos, se bem aqui o lugar de classe de origem é determinante, como nos demonstraram os dados estatísticos. Assim, as presenças da PBIC, da PBE, da PBEP e do OP, por exemplo, contrastam com as ausências das outras frações de classe no uso de Internet para fins associativos (segundo dados obtidos, que não foram aqui apresentados).

Alguns temas do associativismo são mais propícios à prática associativa com recurso à Internet, sendo de referir as temáticas identificáveis como fazendo parte dos *novos movimentos sociais*, como, por exemplo, a associações de mulheres as associações ecologistas ou as associações de denúncia e reivindicação de direitos humanos. As razões da prática associativa (bem como da sua não existência) apresentadas a juízo/opinião não reúnem estatisticamente condições para apresentar condicionamentos entre estas e as variáveis independentes usadas. Podemos referir, contudo que os motivos para o associativismo são alvo de uma tensão ao longo do (s) vetor (es) que se estendem do indivíduo ao espaço público, sendo óbvia a maioritária ausência de *representações* que conduzam ao reconhecimento da necessidade do associativismo, o que estrutura, *mutatismutandis*, as práticas associativas.

Entendendo o social como uma *totalidade*, um todo inter-relacionado, nem trabalho nem o lazer, nem os espaço nem o tempo (como coordenadas da ação e do pensamento) são alvo de estruturas em número desejável por uma organização reticular de associações da qual os nossos recém-licenciados façam parte. O associativismo está presente, é um facto, mas o uso de Internet para fins associativos mostra sinais de ser uma proto-prática, longe de ser comum em cidadãos integrados socialmente pelo emprego.

Bibliografia:

- Beck, U. (2000). A Reinvenção da Política. In U. Beck; A. Giddens, A. e S. Lash. *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras: Celta, pp. 1-54.
- Beck, U.; Giddens, A.; Lash, S. (200), *Modernização Reflexiva*. Oeiras: Celta.
- Caeiro, D. (2001). Globalização Económica. In H. Carmo, (coord). *Problemas Sociais Contemporâneos*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 188-223.
- Capucha, L. (1990). *Associativismo e Modos de Vida num Bairro de Habitação Social*. In Sociologia Problemas e Práticas, 8, PP 29-41.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*, Oeiras. Celta Editora, Tese de Doutoramento.
- Cardoso, G.; Costa, A. F. ; Conceição, C. P. e Gomes, M. C. (2005). *A Sociedade em Rede em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- Caroux, F. (1978). “Tipologie”. *Esprit*, nº 18.
- Castells, M. (2003). *O Poder da Identidade*. Colecção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Crozier, M. (1995). *La Crise de l’Intelligence. Essai sur l’Impuissance des Élités a se Reformier*. Paris: Interéditions.
- Falk, R. (1999). *A Globalização Predatória, Uma Crítica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fernandes, A. T. (1993). Poder Autárquico e Poderes Difusos. *Sociologia*, III, pp. 7 – 34
- Fernandes, A. T. (2006). *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, A. T. (2008). Democratização da Democracia. In Pinto, J. M. & Pereira, V. B. (orgs.). *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, A. T. (org.) (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e Práticas Culturais*. Porto: Edições Afrontamento.

- Lopes, J. (1994). Estruturas Espaciais e Práticas Sociais, a Inexistente Opção Entre o Local e o Global. *Sociologia*, IV, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, pp. 219-230.
- Santos, B. S. (2006). *Gramática do Tempo. Para Uma nova Cultura Política*. Porto Edições Afrontamento.
- Toffler, A. (1984). *A Terceira Vaga*. Coleção Vida e Cultura. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Touraine, A. (1996), *O Retorno do Actor, Ensaio Sobre Sociologia*, Lisboa, Instituto Piaget, original de 1984 intitulado “Lereturn de l’Acteur”, Paris, Fayard.
- Touraine, A. (1997), *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver Juntos?* Lisboa, Instituto Piaget.
- Viegas, J. M. L. ; Costa, A. F. (2000). *Crossroads to Modernity. Contemporary Portuguese Society*. Celta: Oeiras.
- Vilaça, H. (1993). Território e Identidades na Problemática dos Movimentos Sociais: Algumas propostas de Pesquisa. In *Sociologia*, 3, 1º série, FLUP.